

EM BUSCA DE UM PERCURSO SINGULAR DE SENTIDOS: CINCO NOÇÕES BÁSICAS DO DISPOSITIVO TEÓRICO NA ANÁLISE DO DISCURSO

Anselmo Peres Alós*

Resumo: A intenção deste trabalho é a realização de uma reflexão sobre cinco categorias de suma importância dentro do dispositivo teórico da Análise do Discurso (língua, história, ideologia, sentido, sujeito). O encadeamento destas categorias conceituais em um percurso singular de sentidos é absolutamente necessário para que se possa desenvolver qualquer tipo de análise dentro do quadro epistemológico da Análise do Discurso de escola francesa.

Palavras-chave: teoria; metodologia; análise do discurso.

Teoria em grego quer dizer
O ser em contemplação
Cântico dos cânticos
Quântico dos quânticos
Sei que a arte é irmã da ciência
Ambas filhas de um Deus fugaz
Que faz num momento e no mesmo momento desfaz
(Gilberto Gil, *Quanta*)

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende sintetizar algumas reflexões acerca de conceitos fundamentais para a Análise do Discurso (AD) de escola francesa. Um dos traços mais instigantes da AD é seu caráter “errante”, promovido pelos diversos deslocamentos epistemológicos e reformulações teóricas aos quais se propôs para definir seu terreno de atuação, bem como a permanente redefinição à qual

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: hokaloskouros@yahoo.com.br.

se submete, dado que as reconfigurações demandadas por cada nova análise no campo do dispositivo analítico terminam por reconfigurar também o dispositivo teórico¹. Ao conjugar/deslocar princípios teóricos e procedimentos analíticos de outras disciplinas, a análise do discurso torna evidente a interferência do histórico e do ideológico – assim como seu apagamento – no momento mesmo de constituição dos sentidos.

O presente trabalho não se configura como uma análise discursiva, explicitando quais os elementos do dispositivo teórico estão sendo postos em funcionamento, desenhando o dispositivo analítico que será posto em funcionamento por ocasião da análise. Minha intenção neste trabalho é a de trabalhar com cinco “noções” ou “conceitos” que são fundamentais para a compreensão da AD: *história*, *ideologia*, *língua*, *sentido* e *sujeito*. Curiosamente, o efeito final do trabalho resulta em cinco blocos, sendo o primeiro o mais breve e o último o mais extenso. Isso ocorre porque pontos já discutidos vão reaparecendo nas reflexões acerca das categorias seguintes. Quando falo em *ideologia*, por exemplo, é impossível fugir da questão da luta de classe, de certa forma já contemplada no momento em que tento sintetizar algumas considerações sobre a categoria *história*. Dada esta estrutura espiralada, assim como o fato de que o foco do trabalho são as noções de *sujeito* e *sentido*, neste trabalho, optei por não incluir um segmento intitulado *conclusão* ou *considerações finais*, pois um bloco desta natureza implicaria em um amontoado sintético de informações redundantes, cuja única função seria responder às expectativas academicistas de uma aliteracia que serve, em última análise, como critério de legitimação da forma hegemonicamente estabelecida de produzir conhecimento.

Todavia, acredito que a estrutura espiralada deste trabalho tem também um aspecto positivo. Mais do que positivo, diria que necessário: a introdução gradual do leitor no âmbito teórico da AD. Se o signo ideológico descrito por Bakhtin se configura enquanto uma arena de luta pela significação, cabe lembrar que a academia também se configura enquanto uma arena de luta, não apenas pela significação, mas também pelo prestígio e pelo poder advindos da legitimação do poder (oriundo do prestígio da cultura letrada em um país onde poucos são os que têm acesso à universidade) em seus interstícios.

¹ A respeito das diferenças entre dispositivo teórico e dispositivo analítico, conferir: ORLANDI, E. **Análise de Discurso** : Princípios e Procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000.

2 HISTÓRIA

Para que se possa compreender o sentido produzido pela concepção de história dentro do dispositivo teórico da Análise do Discurso, faz-se interessante visitar um importante texto de Althusser intitulado “Resposta a John Lewis” (1978, p. 15-51) no qual, a partir de uma (re)leitura de Marx e Lênin, ele define história como um “processo sem sujeito nem fim”. John Lewis levanta três teses para definir o que seja a história. Althusser, por sua vez, retomando as teses do marxismo-leninismo, derruba o pensamento de Lewis, cujas teses são as seguintes:

- a) é o homem que faz a história;
- b) o homem faz a história “transcendendo a história”;
- c) o homem conhece apenas o que ele faz.

Louis Althusser rebate Lewis, evidenciando o traço essencialista e totalizador da concepção de sujeito por ele utilizada. Para isso, Althusser retoma as teses marxistas-leninistas, a saber:

- a) são as massas que fazem a história;
- b) a luta de classes é o motor da história;
- c) conhece-se apenas o que é.

Observemos agora o que diz Althusser sobre cada uma das teses marxistas-leninistas:

- a) *São as massas que fazem a história.* O marxismo-leninismo coloca, no lugar de um sujeito empírico e idealizado (o Homem), *as massas*, ou seja, formações sociais heterogêneas e/ou em conflito. Observe-se um exemplo de como isso funciona, exemplo este dado pelo próprio Althusser no referido texto: os escravos eram a maior das classes/massas no regime escravocrata, mas foram os explorados entre homens “livres” que realmente fizeram história naquele momento. Logo, é o conflito, funcionando como motor, que impulsiona o funcionamento histórico, visto não como sucessão cronológica de eventos de caráter teleológico, mas sim como uma cadeia de avanços e retrocessos, *rupturas*, enfim. Observe-se o que Althusser escreve, tornando clara a evidência de que são as *massas* (entendidas enquanto coletividades organizadas em classes), e

não o “homem” (entendido aqui como o sujeito cartesiano) que alavanca a história:

Quando isso [o enraizamento de todas as formas da luta de classes na luta de classes econômicas] se torna claro, desaparece a questão do “sujeito” da história. A história é um imenso sistema “natural-humano” em movimento, cujo motor é a luta de classes. A história é um processo sem sujeito. A questão de saber como “o homem faz a história” desaparece completamente; a teoria marxista rejeita-a definitivamente em seu lugar de nascimento: a ideologia burguesa. (1978, p. 28)

- b) *A luta de classes é o motor da história.* A partir da noção *luta de classes*, Althusser desenvolve duas concepções diferentes de marxismo. A primeira delas, que ele chama de *marxismo reformista*, parte da premissa de que não é a luta de classes que está em primeiro plano, mas sim as próprias classes sociais. A segunda delas Althusser identifica como *marxismo revolucionário*; dentro desta concepção, é impossível separar as *classes da luta de classes*, pois só existem classes porque existe a luta entre as classes. Colocando-se como um marxista revolucionário e não um reformista, Althusser mostra que é a luta entre as classes, e não o Homem, o verdadeiro “sujeito” (ou *motor*) da história: “a história não tem, no sentido filosófico do termo, um Sujeito, mas um *motor*: a luta de classes” (1978, p. 71). Como Althusser deixa claro, a própria idéia de uma “origem” para a história parte de uma filosofia burguesa:

Uma coisa é certa: não se pode partir do homem, porque isso seria partir de uma idéia burguesa de “homem”; e porque a idéia de partir do homem, em outras palavras, a idéia de um ponto de partida absoluto (de uma “essência”) pertence à filosofia burguesa. Essa idéia do “homem”, do qual se deve “partir” como de um ponto de partida absoluto, é o pano de fundo de toda ideologia burguesa, é a alma inclusive da grande Economia Política clássica. O “homem” é um mito da ideologia burguesa: o marxismo-leninismo não pode partir do “homem”. Ele “parte” do período social economicamente “dado”: e, no final de sua análise, pode “chegar” aos homens reais. Esses homens são então o ponto de chegada de uma análise que parte das relações sociais do modo de produção existente, das relações de classe. Esses homens são homens inteiramente diferentes do “homem” da ideologia burguesa. (1978, p. 29-30)

- c) *Conhece-se apenas o que é*. A terceira tese levantada por Althusser é, ao mesmo tempo, tese de *existência*, de *materialidade* e de *objetividade*; ela afirma que só é passível de conhecimento aquilo que existe; afirma que o princípio basilar da existência é a materialidade e, finalmente, afirma que toda a existência é objetiva, ou seja, é anterior aos processos subjetivos que tentam conhecê-la (ou seja, a existência é anterior e independente em relação à subjetividade). De acordo com Althusser:

Essa Tese é ao mesmo tempo Tese de existência, Tese de materialidade e Tese de objetividade. Ela afirma que se pode conhecer apenas o que *existe*; que o princípio de toda existência é a materialidade; e que toda existência é objetiva, isto é, “anterior” à subjetividade que a conhece e independe dela. (1978, p. 31)

Quando se afirma que a existência, por ser objetiva, é anterior à subjetividade que pretende apreendê-la enquanto objeto do conhecimento, fica exposta a importância da noção de *historicidade*. Ora, se a existência é objetiva e o sujeito é um *efeito de sentido* (de acordo com Michel Pêcheux), pensar a historicidade faz-se de fundamental importância para a compreensão dos sentidos, dado que é no momento em que o fio da história e o fio da língua se entrelaçam que o fio do discurso é estabelecido, evidenciando sentidos a partir dessas duas materialidades (língua-história).

Logo os homens, os sujeitos empíricos, são necessariamente sujeitos *na* história, mas não sujeitos *da* história. Em outras palavras, os indivíduos humanos são ativos na história: são agentes de práticas sociais *dentro* do processo histórico. Por sua vez, ser agente *na* (ou “dentro de”) implica *em não ser livre* (no sentido idealista do termo); implica *em estar determinado* pelas formas de existência determinadas pelas relações sociais existentes em uma dada conjuntura: esses agentes não podem ser agentes *a não ser que sejam sujeitos*.

Os indivíduos-agentes, portanto, agem sempre na forma de sujeitos, enquanto sujeitos. Mas o fato de que sejam necessariamente sujeitos não faz dos agentes das práticas sócio-históricas o nem os sujeito(s) da história (no sentido filosófico do termo: sujeito de). Os agentes-sujeitos só são ativos na história sob a determinação das relações de produção e reprodução, e em suas formas. (1978, p. 67)

Assim, Althusser vai afirmar que a forma de existência histórica de todo e qualquer sujeito é a *forma-sujeito*, e que para que um sujeito interfira na história, ele terá de ser “revestir” da forma-sujeito que, em última análise, é definida e determinada pelas relações sociais de produção e reprodução.

3 IDEOLOGIA

Ideologia, tal como *sujeito*, é um conceito que vem sendo deveras criticado, seja nas ciências sociais, nos estudos literários e filosóficos e nas ciências da linguagem. Muitos, ao decretarem o fim das ideologias, decretam juntamente o fim da história, vista como a história da luta de classes. Essa é uma estratégia própria dos exploradores, que possuem interesses em eliminar a *luta* entre as classes, mas não as *classes* propriamente ditas. Logo, torna-se possível perceber que o próprio ato de enunciação do fim da(s) ideologia(s) é, em si mesmo, um ato ideológico.

No momento em que foi forjada por Marx, a categoria *ideologia* se confundiu com a *ideologia dominante* (ou *hegemônica*). Ao ser definida como o conjunto de concepções sociais e culturais de um grupo social específico, em um determinado momento da sua evolução histórica, a ideologia torna-se um conceito totalizante. Perde-se de vista o fato de que, em um determinado período histórico, coexistem um conjunto de concepções relativo ao grupo dominante e diversos outros constructos de concepções culturais; estes últimos correm subterraneamente à vida social, paralelos à ideologia hegemônica, naturalizada como a única existente.

Destarte, fica evidente a existência de, ao menos, dois recortes ideológicos possíveis: um que dá conta da classe dominante e outro que dá conta da(s) classe(s) espoliada(s) (vemos aqui “classe” tendo em mente a máxima de Althusser anteriormente citada: “são as massas que fazem a história” – o que configura as classes como “agentes” ou “sujeitos” sociais).

É importante ressaltar aqui que, em um primeiro momento, todas essas reflexões foram tecidas a partir de uma preocupação exclusivamente *econômica*: há uma classe que explora (burguesia) e outra que é explorada (proletariado). Entretanto, na medida em que esse conceito (*ideologia*) migra do campo das ciências políticas e econômicas para o dos estudos literários e discursivos, faz-se

necessário repensar as categorias *dominante* e *dominado*, *explorador* e *explorado*. Para a AD, de acordo com Helena Brandão ([s.d.], p. 19-28), três concepções de ideologia são de particular interesse: a de Marx, a de Althusser e a de Ricoeur.

Retomando em parte o que já foi explorado, a concepção de ideologia em Marx tem como fortes traços a ilusão, a abstração e a inversão da realidade. A ideologia, embora não esteja desvinculada das condições materiais de produção, faz com que nisso se creia através de suas idéias. Assim, a classe que tem os meios materiais de produção disporia, ao mesmo tempo, dos meios de produção “morais” ou ideológicos. Logo, a ideologia (no sentido a ela atribuído por Marx-Engels) configura-se como um instrumento de dominação de classe porque a classe dominante faz com que suas idéias passem a ser as idéias de todos. Destarte, pode-se afirmar que a ideologia à qual Marx e Engels se referem é, especificamente, a ideologia da classe dominante.

Para Paul Ricoeur, a ideologia está caracterizada por cinco traços: a) a perpetuação de um ato fundador; b) uma natureza dinâmica e motivadora; c) o caráter simplificador e esquemático; d) um funcionamento operatório e não-temático e, finalmente, e) a intolerância (ou traço de resistência). Detenhamo-nos um pouco mais atentamente sobre cada um destes traços:

- a) A ideologia, perpetua um ato fundador inicial. Esse ato está ligado à necessidade de um grupo conferir-se uma imagem de si mesmo, de representar-se, no sentido “teatral” e performático do termo. Logo, toda ideologia assenta-se sobre um deslocamento/ruptura fundador(a) em relação à ideologia dominante/hegemônica em um determinado momento histórico;
- b) A ideologia é dotada de uma natureza dinâmica e motivadora. Ela estimula uma práxis social que a concretiza; a práxis pode aqui ser vista como a própria *materialidade constitutiva* da ideologia. Mas do que reflexo da realidade, a ideologia é a própria justificativa (o grupo social necessita de uma razão de ser) e projeto (pois modela e dita as regras de uma conduta social) dessa realidade;
- c) Visando à eficácia social de suas idéias, a ideologia é racionalizante e suas formas de expressão preferenciais são as máximas, *slogans* e formas

lapidares. A fim de dinamizar seu funcionamento na produção de sujeitos em seu interior, pode-se afirmar que ela é simplificadora e esquemática;

- d) O caráter operatório e não-temático da ideologia pode ser ilustrado da seguinte forma: mais do que *pensar* sobre a ideologia, é *a partir dela* que pensamos (pois ela está entre as instâncias determinantes das formas de subjetividade humana). Por causa deste estatuto não-reflexivo, ela é muitas vezes taxada de *ilusão* ou de *alienação*;
- e) Finalmente, a ideologia é intolerante, devido a uma certa “inércia” que parece caracterizá-la. Em outras palavras, o funcionamento da ideologia pode ser caracterizado como a resistência ao novo, ao que lhe é exterior, motivando-a em direção a um movimento-funcionamento de conservação. Torna-se compreensível a motivação que faz com que uma instância que nasce como ruptura finda como elemento de manutenção e regulação: grosso modo, é como se a ideologia fosse dotada de um sentimento de “auto-preservação”. Assim, a sedimentação ideológica pode levar o sujeito ao enclausuramento ideológico, e às dificuldades de se escapar desse enclausuramento, se tivermos em mente que o assujeitamento ideológico não se dá livre e conscientemente, mas *inconscientemente*.

Althusser, por sua vez, elabora três teses que, juntas, configuram uma espécie de teoria geral da ideologia. Segundo ele, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação para manter o poder. Tais mecanismos são os Aparelhos Repressores do Estado (por exemplo, as forças militares) e os Aparelhos Ideológicos do Estado (a escola, a igreja, etc.). As teses que ele formula, pois, são as seguintes:

- a) *A ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência.* O homem produz formas simbólicas de representação de sua relação com a realidade concreta. Logo, se tais relações são imaginárias, supõem um distanciamento da realidade concreta, desenhando então aquilo que pode ser chamado de processo de simbolização (de natureza inconsciente) do real, do dado pré-simbolização. A ideologia estaria situada enquanto instância possibilitadora da representação/simbolização do real, tornando-o passível de interpretação;

- b) A ideologia tem uma existência porque existe sempre em um aparelho e na sua prática ou suas práticas. A existência da ideologia é, portanto, material, porque as relações vividas, nela representadas, envolvem a participação individual em determinadas práticas e rituais no interior de aparelhos ideológicos concretos. A ideologia se materializa nos atos concretos, ou seja: (1) a prática só existe dentro e através de uma ideologia, executada por um indivíduo investido de uma forma-sujeito também ideologicamente determinada e (2) a ideologia tem uma materialidade que se revela a partir de sua materialização, ou seja, da discursivização de uma prática social;
- c) *A ideologia interpela indivíduos como sujeitos.* É através do mecanismo nomeado por Althusser como *interpelação* que a ideologia, funcionando nos rituais materiais da vida cotidiana, opera a transformação de *indivíduos* em *sujeitos*. O reconhecimento dá-se no momento em que o sujeito se insere, a si mesmo e a suas ações, em práticas reguladas por aparelhos ideológicos. Entretanto, tal reconhecimento não é da ordem do consciente, mas sim do *inconsciente*, o que aponta uma dupla via de determinação do sujeito: pela ideologia e pelo inconsciente.

Orlandi (1998, p. 154) afirma:

Quando dizemos que inconsciente e ideologia são noções solidárias, estamos afirmando essa relação necessária sem, no entanto, reduzir a ideologia ao inconsciente. Isso implica em compreender a língua como sistema, mas não como sistema abstrato: a língua como ordem significante que se inscreve na história para fazer sentido. E implica também em considerar o sujeito discursivo enquanto sujeito histórico.

Logo, a ideologia é entendida como instância definida pelo processo histórico-discursivo, materialidade enraizada na produção dos sentidos e mesmo na produção do sujeito – tal como definido pela Análise do Discurso – advindo daí a relação sujeito-ideologia-inconsciente. Sujeito e sentido, fugazes e errantes, podem ser captados enquanto efeitos do funcionamento discursivo a partir da observação das modulações ideológicas presentes no discurso. É a partir da idéia de língua que se torna possível atingir essas instâncias, a partir do funcionamento da língua na história é que se pode apreender a materialidade do ideológico.

4 LÍNGUA

Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2000, p. 15)

A Análise do Discurso aborda a língua de uma maneira diversa daquela pela qual a lingüística o faz. A lingüística imanente separa o componente subjetivo da língua a partir do corte saussureano, considerando a língua um sistema arbitrário do qual o homem apropria-se com fins de comunicação. Saussure, em seu *Curso de Lingüística Geral*, ao mesmo tempo em que define o objeto da lingüística justamente como a língua enquanto sistema, deixa de lado não apenas o elemento subjetivo, mas todas as outras formas de manifestação discursivas não ligadas ao verbal, deixando-as a cargo da semiótica. Em outras palavras, Saussure:

- a) reconhece o social como um componente da língua, embora descarte-o do objeto de lingüística;
- b) reconhece não apenas o extralingüístico, como outras práticas de produção de sentido, embora não as considere inerentes à sua ciência (leia-se: lingüística estrutural).

Quando Saussure tenta responder a questão “o que é língua?”, reconhece o componente interacional da mesma, embora o exclua do objeto que constrói para a lingüística:

Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotados pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos [...]. (SAUSSURE, 1974, p. 17)

Em outras palavras, lá em Saussure já encontramos menção a um componente social, *interacional* da língua. A grande questão é que esse aspecto da língua é deixado de lado, e o “objeto da lingüística” acaba privilegiando apenas o “conjunto de convenções necessárias”; inaugura-se, assim, uma forma x de se pensar a língua, uma forma que a encara como um sistema formal e abstrato. Somente com Émile Benveniste é que há a recuperação da subjetividade dentro

da língua, passo fundamental para a reabilitação do componente subjetivo enquanto elemento constitutivo dos processos de significação.

Um outro filósofo da linguagem que deveras criticou as abordagens imanentistas lingüísticas de seu tempo foi Mikhail Bakhtin. Ainda que compartilhe com Saussure a perspectiva de que a língua é, antes de tudo, um fato social assentado sobre as necessidades comunicativas do gênero humano, Bakhtin não pensa a língua enquanto um sistema lógico-formal de abstrações, mas sim como algo concreto, uma espécie de “resultado coletivo” do trabalho individual de cada falante.

No entanto, há um outro componente, além desse de natureza “concreta” que, de acordo com Bakhtin, é também constitutivo da linguagem. Além do enunciado, o processo de interlocução (visto que a linguagem é interação verbal) passa a fazer parte do conjunto que constitui a realidade da língua. O signo não é mais visto como um “sinal inerte”, parte de um conjunto maior, de uma estrutura abstrata denominada língua, mas é dialético, vivo, dinâmico. É a partir daí que Bakhtin formula a noção de *signo ideológico*:

Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (ou seja: se ele é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. ***Tudo que é ideológico possui um valor semiótico.*** (BAKHTIN, 1997, p. 32)

Dessa forma, a lingüística imanente (aquela que se propõe a estudar a língua enquanto estrutura “fechada”, “amarrada”), que vê as línguas naturais como estruturas abstratas formais, não pode dar conta da língua como um todo, pois não se apercebe do papel da ideologia e da subjetividade (fundamentais para a compreensão dos mecanismos de produção de sentidos) como constitutiva de seu objeto. Helena N. Brandão afirma:

Sistema de significação da realidade, a linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa. É é nessa distância, no interstício entre a coisa e sua representação sgnica que reside o ideológico. ([s.d.], p. 10)

Dada a dualidade constitutiva da linguagem, e de uma lingüística que desenha seu objeto enquanto estrutura abstrata lógico-formal, torna-se necessário

uma nova perspectiva de estudos da linguagem que recupere o elemento interlocutivo e o ideológico que constituem a língua enquanto produto resultante da interação social.

Para a AD, a língua não pode ser vista por si só como “constituente essencial” do discurso. O trabalho da AD se dá sobre a materialidade discursiva, desconstruindo-a para identificar os funcionamentos discursivos que promovem a ilusão do sentido único. Tal materialidade discursiva é, ao mesmo tempo, lingüística e ideológica. Lingüística porque se realiza no plano da enunciação, e ideológica porque está sempre vinculada aos processos de representação entre o real e o imaginário discursivos (INDURSKY, 1997, p. 20). Ao mesmo tempo em que o discurso representa efeitos da luta ideológica de classes dentro do funcionamento da língua, manifesta no interior do ideológico a existência da materialidade lingüístico-discursiva.

Pêcheux coloca duas noções fundamentais e opostas: a noção de *base lingüística* (o próprio sistema lingüístico, enquanto conjunto de estruturas morfo-sintáticas regido por leis internas) e a noção de processo *discursivo-ideológico*. Diz ele:

[...] o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe do conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum dos *processos* discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que, como mostramos mais acima, os processos ideológicos simulam os processos científicos. (PÊCHEUX, 1988, p. 91)

Sobre a noção de *base lingüística*, Pêcheux escreve o seguinte:

Ao opor *base lingüística* e *processo discursivo*, inicialmente estamos pretendendo destacar que [...] todo sistema lingüístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da lingüística. (1988, p. 91)

E, dado como ponto de partida a noção de base lingüística, Pêcheux desenvolverá a noção de processo discursivo. Segundo ele, é sobre a base que o

processo se ergue, como podemos ver nesse trecho: “É, pois, sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria ‘acidentalmente’ os sistemas lingüísticos” (1988, p. 91).

Assim, o que Pêcheux chama de processo discursivo não é a fala, no sentido de uma manifestação individual (a *parole*) da língua:

[...] diremos que a “indiferença” da língua em relação à luta de classes caracteriza a *autonomia relativa ao sistema lingüístico* e que, *discursivamente*, o fato de que as classes não sejam “indiferentes” à língua se traduz pelo fato de que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes* [...]. (1988, p. 91)

É a partir dessas definições (base lingüística e processo discursivo) que Pêcheux afirma servir a língua tanto para *comunicar* quanto para *não-comunicar*:

Pierre Raymond [In: *Le passage au matérialisme*, Paris: Seuil, 1973] chamou recentemente a atenção para o fato de que esse “meio” ou esse “instrumento”² não é “instrumento técnico ou científico” e que essa “comunicação” não é *a priori* identificável às comunicações materiais fornecidas por diversos meios estudados em outros domínios, o que leva a pensar que a expressão “instrumento de comunicação” deve ser tomada em sentido figurado e não em sentido próprio, na medida em que esse “instrumento” permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a não-comunicação, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não se estar tratando, em *primeira instância*, da *comunicação* de um sentido. (PÊCHEUX, 1998, p. 92-3)

Logo, a língua constitui a condição de possibilidade do discurso, enquanto os processos discursivos constituem a fonte de produção dos efeitos de sentido no discurso. A língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido. A língua, a partir do trabalho teórico de Pêcheux e de outros teóricos da AD, passa a ser vista não apenas como conjunto de convenções formais das quais o sujeito se apropria para significar(-se), mas como condição de possibilidade de constituição de um discurso. A língua para a AD é concebida como uma

² Pêcheux, a esse ponto do texto, refere-se à definição de língua de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*: “meio de comunicação entre homens”.

materialidade ao mesmo tempo lingüística e histórica. Tal concepção de língua resultará em uma radical mudança na maneira de pensar o sujeito enquanto instância “produtora de sentido”.

Eni Orlandi trabalha sobre a questão da língua, deslocando a discussão para o campo das materialidades discursivas. Em “Ordem e Organização na Língua” (ORLANDI, 1996, p. 45-51), ela trabalha com as distinções de ordem e organização, explicitando porque a língua, tal como vista pela(s) lingüística(s) em geral, não é a mesma noção que aquela trabalhada no âmbito da teoria do discurso.

Começando pela ordem, ela afirma que à ordem não pertencem as unidades abstratas (segmentos) da língua. Quando um analista se refere à ordem da língua, ele está pensando a língua enquanto *funcionamento*: sua unidade de análise (o recorte discursivo) não se configura apenas como um fragmento da língua, mas a própria categoria já sugere, a um recorte representativo de *linguagem e situação*. Esta unidade mínima, construída teoricamente enquanto objeto pelo analista, é o que permite que este dê conta do funcionamento, uma dinâmica presente na ordem e não na organização. É no âmbito da ordem que se fazem presentes não apenas a materialidade da língua, mas também a materialidade da história se cruzando no fio do discurso; entretanto, esta já não é mais a ordem da língua, mas a ordem do próprio discurso (ORLANDI, 1998, p. 45). A organização, por sua vez, é a instância da língua onde prevalecem a ordem e as sistematicidades: “Ultrapassando desse modo a organização (regra e sistematicidade), podemos chegar à ordem (funcionamento, falha) da língua e da histórica (equivoco, interpretação), ao mesmo tempo em que não pensamos a unidade em relação à verdade (organização) mas como referida à posição do sujeito (descentramento)” (ORLANDI, 1998, p. 47).

É na organização da língua que estão presentes as regras e a combinatória, mas é somente na sua ordem que os sentidos emergem, a partir da interferência da ordem da história, constituindo a ordem do discurso.

5 SENTIDO

Segundo Saussure em seu *Curso de Lingüística Geral*, o sentido é o produto de um jogo de diferenças. Entretanto, para identificar as diferenças que geram os sentidos é preciso considerar alguns sentidos como evidentes, como

um ponto de partida. Assim, um mesmo signo/enunciado pode ter significados distintos. Tal concepção, todavia, resulta em uma retomada da primazia do sujeito (o sujeito como fonte do sentido). Austin, por exemplo, ao desenvolver sua teoria dos atos de fala, afirma que aquilo que faz de um enunciado um comando, uma promessa ou um pedido não é o estado de espírito de quem fala no momento da enunciação, mas certas regras convencionais, que envolvem aspectos do contexto.

Austin desenvolve, assim, dois tipos distintos de atos de fala: os constatativos, que descrevem um estado de coisas e são passíveis de serem verdadeiros ou falsos, e os performativos, que não são nem verdadeiros nem falsos, mas realizam a ação a que se referem no mesmo ato em que nomeiam tal ação. O enunciado bíblico *faça-se a luz!* (e o fato de ele ter realmente *produzido* luz) pode ser visto como o enunciado performativo *par excellence*.

Todavia, o efeito performativo (visto por Austin como um constatativo imperfeito) pode ser visto como um enunciado elíptico em qualquer enunciado. Ou seja, todo o enunciado é performativo (realiza algo e dá nome a esse algo), enquanto os constatativos viriam a ser um tipo específico de ato performativo. Enfim, o sentido para Austin termina por se configurar como a realização feliz ou infeliz de um ato performativo, jogando o sentido para a esfera do iterável e repetível a partir de regras convencionadas.

Culler, ao refletir sobre as teorias de Austin, afirma o seguinte: “algo pode ser uma seqüência significante se é iterável, somente se pode ser repetido em vários contextos [...], citado e parodiado. A imitação não é um acidente, mas condição de possibilidade [da significação]” (1997, p. 138).

Como fica claro neste trecho, nem Austin nem Culler (ao refletir sobre Austin) alcançam o ponto fulcral especulado pela AD, que é o da determinação dos sentidos. Pêcheux leva também em consideração a iterabilidade e a reversibilidade dos enunciados, chegando mesmo a afirmar que todo o discurso/enunciado é passível de se tornar outro (o jogo da determinação dos sentidos pelas posições-sujeito e pelas formações discursivas); mas leva *também* em consideração algo completamente esquecido por Austin e Culler: o papel da ideologia e do inconsciente na determinação dos sentidos.

Dado que, para a Análise do Discurso, o sujeito não apenas está ligado à constituição dos sentidos, mas ele próprio se constitui enquanto um efeito de sentido a partir das relações que trava com a formação discursiva na qual está

inserido, vejamos como língua, ideologia e história se articulam para a emergência do efeito-sujeito (ou melhor, das diferentes posições-sujeito) para, finalmente, compreendermos como se estabelece o sentido tal como visto pela análise do discurso.

6 DO SENTIDO AO SUJEITO

Na perspectiva do analista do discurso, o sujeito produz seu discurso a partir de *posições-sujeito* pré-determinadas dentro das formações discursivas (FD), o que termina com as ilusões a respeito da possibilidade de um sujeito ideal, neutro e autônomo, pois as posições-sujeito, da mesma forma que este sujeito (da AD) são socialmente construídas. O sujeito da AD, cortado pela ideologia e pelo inconsciente, perde a onipotência que portava nas reflexões de Benveniste: ele é agora *descentrado* (INDURSKY, 1997, p. 27-8). Enquanto Benveniste não considera a possibilidade de um sujeito (“psicológico”) ocupar um mesmo lugar para proferir sua fala/seu enunciado (um enunciado nunca é recuperável, dadas as condições do contexto situacional), a AD crê que este *mesmo lugar* pode sim, não apenas ser ocupado por um mesmo sujeito mais de uma vez, mas que pode servir de *locus* enunciativo para que vários *indivíduos* situem sua fala (discurso), dadas certas afinidades ideológicas.

O sujeito para Pêcheux é o efeito resultante da relação entre duas instâncias materiais, a *língua* e a *história*. Logo, ele não é totalmente livre (não tem o domínio absoluto de si), tampouco completamente determinado por mecanismos exteriores a ele. Tendo em mente as considerações de Bakhtin, há aqui um ponto de convergência, ainda que o lingüista russo trate de um sujeito consciente, o que, em última análise, aponta para um sujeito autocentrado com o domínio de si. O que chamo de ponto de convergência entre Bakhtin e Pêcheux é o fato de ambos serem pensadores que partem da recusa de uma concepção subjetivo-psicologista do sujeito, ao mesmo tempo em que refutam também os excessos logicistas da lingüística ao tratarem dessa mesma questão.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin critica severamente os trabalhos da psicologia no momento em que concebem o sujeito como um mero efeito psíquico-fisiológico. Para ele, a constituição do sujeito (ou da consciência) está perpassada pela *palavra interior*, o que faz com o que o material semiológico (sempre carregado ideologicamente dado seu caráter social) tenha um papel

fundamental na constituição da subjetividade. Bakhtin chama o nascedouro de tal concepção de *subjetivismo idealista*, e dele se distancia. Pêcheux, por sua vez, ao enunciar os esquecimentos que tornam possível o sujeito, defendendo uma *teoria não-subjetiva da subjetividade*, aproxima-se do pensamento bakhtiniano por conta de sua recusa ao subjetivismo psicologista.

Quanto aos excessos logicistas, Bakhtin critica concepções como as de Saussure de língua como sistema fechado (imanentistas), mostrando que tais concepções fecham os olhos para o papel da ideologia e do social na constituição da significação. Nestas teorias, o sujeito é, grosso modo, não apenas senhor de si, mas também um “utilitarista”, que se apropria da língua para se comunicar com outros indivíduos. Bakhtin chama tal corrente de *objetivismo abstrato* e, ainda que tal termo não seja expresso nas reflexões que Pêcheux desenvolve sobre o sujeito, há aqui uma convergência: no momento em que Pêcheux desenvolve sua crítica ao conteudismo praticado nas ciências sociais e menciona a ilusão sobre a qual elas trabalham (a de que a língua é uma ferramenta transparente, adequada à descrição dos fatos sociais), Pêcheux também se distancia desse objetivismo abstrato nomeado pelo pensador russo:

[...] a concepção do processo de metáfora como processo sócio-histórico que serve como fundamento da “apresentação” (*donation*) de objetos para sujeitos, e não como uma simples forma de falar que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não metafórico, para o qual o objeto seria um dado ‘natural’, literalmente pré-social e pré-histórico. (1988, p. 132-3)

Em outras palavras, nem o sujeito nem os objetos (entendidos aqui como as coisas exteriores ao sujeito) são autônomos em sua existência. É necessário que tanto um quanto o outro sejam “significados”, e isso só se torna possível a partir do momento em que a língua (base material) e a história se cruzem, gerando sentidos. Pêcheux não vê, pois a língua como algo exterior ao sujeito, do qual ele se apropria para “enunciar” os sentidos, mas como algo fundamental para a constituição não apenas dos sentidos, mas do próprio sujeito. Se Pêcheux, apesar desses pontos em comum, desenvolve uma concepção singular de sujeito, analisemos, pois, qual é essa concepção.

Se tanto o sujeito quanto os sentidos são gerados a partir desse cruzamento, o sujeito não é autônomo, mas mais um sentido apreendido pelos eixos já

mencionados no exato momento em que se cruzam. Daí não se falar em *sujeito*, mas em *efeito-sujeito*, o que permite lembrar uma outra afirmação de Pêcheux: a de que o sujeito é *efeito de sentido entre interlocutores*.

Assim, o sujeito não é um dado ou uma evidência, mas o resultado de um processo, tal como Althusser já havia afirmado. Refletindo sobre isso, apontando para a materialidade da língua enquanto base e da história enquanto motor do processo de constituição do sujeito, Pêcheux traz à tona o apagamento do sujeito enquanto um efeito no próprio ato de sua formulação, o que possibilita que o indivíduo, investido da forma-sujeito, acredite ser a fonte primordial dos sentidos³. Assim, ao realizar tal desvelamento, Pêcheux abre caminho para que se possa derrubar essa premissa transcendentalista do sentido (vinculada a um neo-platonismo que acredita num “mundo real” e num “mundo das idéias”, sendo o sentido da ordem desse último, e tendo a língua um papel de mediação termo a termo entre os dois), permitindo que se investigue não apenas a materialidade dos sentidos, mas também a sua materialização (que se opera no âmbito discursivo). Pêcheux, ao dizer que:

[...] [é] a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (1988, p. 160),

torna evidente que a própria ideologia possui uma materialidade específica que (distinta da materialidade lingüística mas que, a partir do momento em que a língua e a história se cruzam e o sujeito daí emerge) torna-se identificável, não na superfície lingüística, mas na superfície discursiva. Em outras palavras, o papel da

³ “O apagamento do fato de que o sujeito resulta de um processo, apagamento necessário no interior do sujeito como ‘causa de si’, tem como consequência, a nosso ver, a série do que se poderia chamar as fantasias metafísicas, que tocam, todas, na questão da causa: por exemplo, a fantasia das duas mãos que, tendo, cada uma um lápis, se desenham uma à outra sobre a mesma folha de papel e, também, a do salto perpétuo no qual, de um impulso prodigioso, se salta pro alto antes de se ter tocado o solo; poderíamos continuar. Vamos nos deter, propondo atribuir a esse efeito fantástico – pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito – o nome de ‘efeito Mündchhausen’, em memória do imortal barão que se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos” (Pêcheux, 1988, p. 17).

ideologia é o de produzir evidências de que os sentidos desde-sempre estão lá. Assim, ela vai naturalizar constructos ideológicos discursivos como verdades absolutas e socialmente legitimadas. E é justamente essa materialidade que nos permitirá identificar as afiliações do sujeito do discurso, permitindo assim a identificação das posições-sujeito ocupadas em um determinada formação discursiva:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literariedade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). [...] Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e o que deve ser dito. (1988, p. 160)

Pêcheux não apenas sintetiza sua concepção de sujeito (uma posição ideológica a partir da qual o indivíduo pode atribuir determinados sentidos), mas também mostra qual é a noção de formação discursiva sobre a qual trabalha (que não é a mesma noção foucaultiana, ainda que Pêcheux dela parta para reconfigurar a noção de formação discursiva dentro do dispositivo teórico da análise do discurso): uma “teia” produzida por diferentes posições-sujeito aparentadas por sua localização ideológica que se configura enquanto “um universo lógico mais ou menos estabilizado” (outra expressão cara a Pêcheux), e que tem como função determinar *o que pode e o que deve ser dito*:

Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhe são correspondentes. (1988:160-1)

Pêcheux nos mostra um sujeito duplamente determinado ao qual não é mais possível atribuir nem intenções, nem estratégias. De acordo com Indursky, “[p]or todos esses traços que demarcam esse sujeito, a Análise do Discurso

centra seu interesse nas diferentes formas de *representação do sujeito*” (2000, p. 71). A partir da noção de formação discursiva e de forma-sujeito⁴, Pêcheux desenvolve suas reflexões sobre o desdobramento do mesmo. Nessas reflexões, as posições-sujeito possíveis são vistas em sua relação com a formação discursiva dominante (que determina a forma-sujeito), apontando para a determinação do sujeito a partir de uma instância ideológica que tem sua materialidade disseminada na formação discursiva e materializada no discurso, mostrando assim o seu funcionamento na constituição do sujeito: “É nesse reconhecimento que o sujeito se ‘esquece’ das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa - entendamos que, sendo ‘sempre-já’ sujeito, ele ‘sempre-já’ se esqueceu das determinações que o constituem como tal” (1988, p. 170).

Enfim, pode-se dizer que sujeito e sentido constituem-se simultaneamente através da interpelação. É através do modo pelo qual a posição-sujeito relaciona-se com a forma-sujeito que temos o desdobramento do sujeito do discurso (esta questão é de crucial importância para se entender o funcionamento da matriz heterossexual na cultura ocidental, como será visto mais adiante). Pêcheux mostra que existem três formas pela qual essa relação pode se dar: a de *identificação*, a de *contra-identificação* e, finalmente, a de *desidentificação*.

Na primeira dessas possibilidades, a de identificação, o que temos é um sujeito do discurso que pode ser caracterizado como um “bom-sujeito”, ou seja, uma posição-sujeito coincidente com a forma-sujeito que regula os sentidos dominantes de uma formação discursiva:

A primeira modalidade consiste numa superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “livremente consentido”: essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos “em plena liberdade”). (PÊCHEUX, 1988, p. 215)

⁴ “É a forma pela qual o sujeito do discurso se identifica com a **formação discursiva** que o constitui. Esta identificação baseia-se no fato de que os elementos do **interdiscurso**, ao serem retomados pelo sujeito do discurso, acabam por determiná-lo. Também chamado de sujeito do saber, sujeito universal ou sujeito histórico de uma determinada formação discursiva, a forma-sujeito é responsável pela ilusão de unidade do **sujeito**” (FERREIRA, 2001, p. 15).

Na segunda delas, a da contra-identificação, o que temos é um trabalho do sujeito do discurso sobre a forma-sujeito, “resultando na tomada de posições não-coincidentes, divergentes, discordantes” (INDURSKY, 2000, p. 74). Ou seja, não é mais possível pensar o sujeito enquanto uma noção autocentrada e monolítica; devemos ter em mente os seus desdobramentos:

A segunda modalidade caracteriza o discurso do “mau sujeito”, discurso no qual o sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito universal por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno. Essa reversão apresenta traços lingüísticos [...] Em suma, o sujeito, “mau sujeito”, “mau espírito”, se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo “interdiscurso” como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do discurso-contra (isto é, contradiscurso), que constitui o ponto central do humanismo (antinatureza, contranatureza, etc.) sob suas diversas formas teóricas e políticas, reformistas e esquerdistas. (1988, p. 215-6)

Tal formulação realiza um salto dentro das próprias concepções teóricas da Análise do Discurso, pois permite a instauração da diferença dentro de uma formação discursiva a partir do desdobramento do sujeito, ou a contra-identificação.

A desidentificação, por fim, vem dar conta daquilo que sucede quando o trabalho na e sobre a forma-sujeito (realizado pelo sujeito do discurso) conduz a uma ruptura tão grande em relação ao conjunto dos saberes da formação discursiva que a posição-sujeito daí resultante não mais está contida nesta. Se uma formação discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e o que deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1988, p. 160), a posição-sujeito produzida pelo processo de desidentificação faz com que o sujeito do discurso *migre* para uma outra formação discursiva, na qual o sujeito do discurso vai identificar-se com a forma-sujeito a ela correspondente.

Cabe mencionar que essa aparente liberdade da qual o sujeito do discurso dispõe em nenhum momento derruba a dupla determinação do sujeito, de ordem ideológica e inconsciente. Não há aqui espaço para um processo de

dessubjetivização libertador do sujeito do discurso, mas sim o deslizamento de um terreno para outro, o que permite a instauração de novos sentidos, é verdade, mas que nem por isso deixam de estar regulados por saberes ideologicamente determinados. Sobre isso Indursky diz: “[...] não se trata de uma simples e pura dessubjetivização, a partir da qual o sujeito se torna livre. O que ocorre é o deslizamento de uma forma de subjetivização para outra, é a identificação com uma outra forma-sujeito e seu domínio de saber” (2000, p. 74).

O deslocamento dos sentidos do/no interdiscurso (o já-dito, a memória discursiva, ou ainda, tal como Orlandi reitera em vários de seus trabalhos a “memória do dizer”) é que produz os efeitos de sentido, recuperáveis na superfície discursiva a partir das posições-sujeito⁵, esses sendo os responsáveis pela cristalização dos sentidos. Ao mesmo tempo em que o sentido é delimitado e determinado pelo reiterável (interdiscurso), pode subverter a ordem dos sentidos já estabelecidos a partir dos deslocamentos (resultantes do trabalho do sujeito do discurso sobre a forma-sujeito). Assim, pode-se pensar o sujeito como instância subordinadora e subordinada, como errância, enfim. Entretanto, os deslocamentos não obedecem diretamente à “vontade” do sujeito, pois, grosseiramente falando, pode-se afirmar que o sujeito caminha livremente sobre as paragens interdiscursivas, produzindo trilhas no interdiscurso, gerando efeitos de sentido. Todavia, esse sujeito caminha vendado, e os fios da trama de sua venda são os fios da ideologia e do inconsciente, fios que – mais do que obscurecer a visão do sujeito – determinam seus percursos.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Trad. J. J. Moura Ramos. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1974.

_____. **Posições-1**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: Huicitec, 1997.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

⁵ Determinadas por relações de identificação, contra-identificação ou desidentificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito estabelecida na conjuntura da formação discursiva dominante (PÊCHEUX, 1988, p. 159-239).

- BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso**. 7. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, [s.d.].
- CULLER, J. **Sobre a desconstrução**: teoria e crítica do pós-estruturalismo. Trad. Patrícia Burrowes. São Paulo: Rosa dos Tempos: 1997.
- FERREIRA, M. C. L. (Coord.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2001.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 9-50.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação**: Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. **Análise de discurso**: Princípios e Procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Trad. Eni P. Orlandi et all. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. (Coleção Repertórios).
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Trad. H. Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix; Editora da USP, 1974.

Recebido em 22/04/03. Aprovado em 20/09/03.

Title: In search for a singular course of meanings: five basic notions of the theoretical device of Discourse Analysis

Author: Anselmo Peres Alós

Abstract: The present work is a reflection on five significant categories in the theoretical device for Discourse Analysis (language, history, ideology, meaning, subject). The chaining up of such conceptual categories in a singular course of meanings is absolutely necessary so to make possible any kind of analysis within the epistemological frame of Discourse Analysis of the French School.

Keywords: theory; methodology; discourse analysis.

Titre: À la recherche d'un parcours singulier de sens: cinq notions de base du dispositif théorique de l'Analyse du Discours

Auteur: Anselmo Peres Alós

Résumé: L'intention de ce travail concerne la réalisation d'une réflexion sur cinq catégories conceptuelles d'une importance capitale dans le dispositif théorique de l'Analyse du Discours (langue, histoire, idéologie, sens, sujet). L'enchaînement de ces catégories conceptuelles dans un

parcours singulier de sens est absolument nécessaire pour qu'on puisse développer n'importe quel type d'analyse dans le cadre épistémologique de l'Analyse du Discours de l'école française.

Mots-clés: théorie; méthodologie; analyse du discours.

Título: En búsqueda de un percurso singular de sentidos: cinco nociones básicas del dispositivo teórico en el Análise del Discurso

Autor: Anselmo Peres Alós

Resumen: La intención de este trabajo es la realización de una reflexión sobre cinco categorías de suma importancia dentro del dispositivo teórico del Análise del Discurso (lengua, historia, ideología, sentido sujeto). El encandeamiento de estas categorías conceptuales en un percurso singular de sentidos es absolutamente necesario para que se pueda desarrollar cualquier tipo de análisis dentro del cuadro epistemológico del Análise del Discurso de la escuela francesa.

Palabras-clave: teoría; metodología; análisis del discurso.